

A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JORNAL *A UNIÃO*¹

João Paulo Costa Rolim Pereira²

Regina Célia Gonçalves (orientadora)³

Ao iniciarmos as pesquisas no acervo de periódicos do *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP*, no intento de coletar notícias referentes aos municípios de Guarabira, Pirpirituba, e Boqueirão, para utilizarmos como base de dados no *Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos*, que é vinculado ao *Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR*, nos deparamos com algumas indagações acerca desse tipo de fonte e de seu significado para o nosso trabalho.

A finalidade deste projeto é tentar compreender as especificidades do local a ser estudado, para daí se tentar reconstruir uma história que leve em conta as transformações sócio-culturais a partir de uma perspectiva que contemple a participação da população, no sentido em que esta não apenas consiga se ver como agente no processo histórico da sua localidade, mas que também participe dessa reconstrução. Tal proposta implica em discutir o que se entende como “local”, que, para nós, vai além de fronteiras estabelecidas administrativa ou geograficamente.

Tentar determinar o que se pode entender como “local” é empreender um esforço que parte mais de uma idéia arbitrária do que propriamente de um conceito fechado, que, às vezes, acaba envolvendo uma determinada região tentando contemplar todas as suas características, porém, recaindo em um “localismo”, desvinculando esta culturalmente para privilegiá-la político-administrativamente. Ou seja, quando se dá ênfase a um tipo de abordagem que suscita observar aspectos fechados como de “grandes feitos” ou “grandes homens”, abordagens de certa forma corriqueiras, deixa-se de notar fatores que envolvem uma maior rede de relações culturais na construção de uma identidade local. No entanto, faz-se necessário partir desta divisão administrativa da região para se buscar observar de que maneira o lugar está estruturado, de modo que possa revelar como este se sustenta; quais as atividades que envolvem a população, sejam de cunho econômico ou cultural; e, de que maneira este lugar se articula com outras regiões. Assim, na busca em delimitar o lugar, partimos do aspecto político-administrativo, ou seja, daquilo que é entendido como município. Optamos por este viés, para, desta forma, balizarmos a maneira de fazer o

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia Aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba.

³ Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

levantamento dos dados sobre os “lugares” a serem estudados. Pois, em última instância, é desta forma que eles serão identificados.

Portanto, delimitada a maneira de se levantar os dados, inicia-se um trabalho de prospecção, feito em arquivos como o **IHGP**⁴, e em bibliotecas, locais onde se preservam documentos importantes para a história em geral e para a cultura popular em particular. Estes lugares são de suma importância para a obtenção de informações, pois neles encontramos as referências necessárias que nos indicarão como deveremos encaminhar as pesquisas, uma vez que as fontes identificadas nestes ambientes, principalmente no **IHGP**, são bastante específicas no tocante aos municípios paraibanos. Como veremos mais à frente, este Instituto, assim como os demais de mesmo fim, possuem uma forma peculiar de tratar suas fontes e, a partir delas, construir uma narrativa histórica por eles considerada mais objetiva. Ou seja, por vezes, tomam as fontes, tais como jornais, documentos oficiais, dentre outros, como produtos acabados que apenas precisam ser compilados para que a história do local esteja feita. Para nós, ao contrário, tais documentos são apenas indicadores de caminhos possíveis para se iniciar um estudo mais abrangente do lugar.

O problema de se trabalhar com esse tipo de fonte (jornais) é que aquilo que está escrito, e, neste caso, também impresso, vem com uma carga ideológica que, por vezes, acaba tratando certos assuntos unilateralmente, distorcendo acontecimentos com o intuito de mascarar atitudes, buscando influenciar, de maneira parcial, as opiniões dos leitores interessados na matéria publicada.

Os jornais, assim como os meios de comunicação em geral, que, em grande parte, estão vinculados a grupos políticos, na maioria das vezes instalados no poder, utilizam-se desses espaços para colocarem sua visão sobre os acontecimentos, chegando até a distorcer informações ou mesmo omiti-las caso estas prejudiquem seus interesses. Daí a nossa preocupação em entender melhor a fonte que utilizamos, tentando compreender a época de sua publicação, assim como os interesses dos grupos que constituíam seu quadro de “colaboradores”, para filtrarmos as informações coletadas buscando perceber a questão ideológica por trás do que foi descrito.

Em um primeiro momento, tentaremos analisar de que forma este tipo de recurso vem sendo utilizado por historiadores em trabalhos realizados e apresentados em eventos da **ANPUH** nos últimos cinco anos, sejam estes utilizando os periódicos como fonte de informações, ou como objetos de seus estudos. Logo em seguida, apresentaremos uma reflexão acerca do desenvolvimento da nossa pesquisa, destacando a história do jornal *A União*, com ênfase no fato de se tratar de um órgão oficial do governo do Estado da Paraíba que, em seu corpo editorial, segue as diretrizes oficiais, exaltando especialmente o ocupante

⁴ Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fundado em 1905.

do cargo de governador, quase sempre destacado como administrador competente e carismático.

Por fim, refletiremos sobre a questão da criação de uma história oficial, partindo de um acontecimento fundamental para a constituição de uma memória oficial: a morte do Presidente João Pessoa e a revolução de 30. Esse momento é importantíssimo para a definição da identidade local na Paraíba (que se confunde com a identidade das elites dirigentes) assentada na idéia da “vocação” do paraibano para a resistência e a luta. Nossa questão é discutir como a constituição desse elemento específico da identidade local, operacionalizada, entre outros agentes, também pelos jornais, repercutiu sobre as realidades locais dos municípios por nós estudados.

Na tentativa de se ter uma idéia de como estavam sendo manuseados os jornais disponíveis nos acervos, inclusive dos Institutos Históricos, pelos historiadores, e observar de que maneira estes poderiam se utilizar deste tipo de recurso nos seus trabalhos e pesquisas em geral, independente de qual a abordagem e a linha que seguissem, buscamos nos basear nos trabalhos apresentados em eventos da **ANPUH**, mais precisamente naqueles realizados nos últimos cinco anos⁵. Entre estes estão três encontros nacionais e dois estaduais⁶. Buscamos, ainda, informações referentes a este assunto no *Portal de Periódicos da CAPES*, onde encontramos vários trabalhos que ou utilizavam jornais como fonte de informação nas suas pesquisas, ou os tratavam como objeto de estudo.

Como os registros destes trabalhos são em forma de resumos, tanto os da **ANPUH**, quanto os da **CAPES**, nos impossibilitaram de observarmos mais detalhadamente como cada estudo tratava este tipo de fonte. Cabe a nós, neste primeiro momento, verificar ou indicar em que linha de pesquisa eles trabalharam, e de que maneira utilizaram esses periódicos.

Para a nossa surpresa, os trabalhos que envolviam, de alguma forma, este tipo de recurso nos encontros da ANPUH eram em número menor do que imaginávamos. Por exemplo, no caderno de resumos do *V Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*, realizado em outubro de 2001, na cidade de João Pessoa, Paraíba, foram publicados apenas dois (02) trabalhos envolvendo a utilização de jornais. Isto para um universo de cento e três (103) trabalhos apresentados.

Em um, a autora, Verônica de Lourdes Batista, utiliza os jornais para pesquisar como se deu a participação política das educadoras paraibanas nas eleições de 1930, a partir do acervo de periódicos do jornal *A União* do **IHGP** (Caderno de Resumos, 2001:20). No outro, Tâmara Dayse Marinho Bomfim, busca analisar, através de documentos oficiais presentes

⁵ Escolhemos os últimos cinco anos por entendermos que não seria viável, para produção deste artigo, contemplarmos um período maior. E ainda julgamos que nos atendo a estes cinco anos poderíamos ter contato com produções mais recentes sobre estes assuntos.

⁶ São eles: *V Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*, 2001 (João Pessoa, PB); *X Encontro Estadual de Professores de História*, 2002 (João Pessoa, PB); *XXII Simpósio Nacional de História*, 2003 (João Pessoa, PB); *XI Encontro Estadual de Professores de História*, 2004 (Campina Grande, PB) e *XXIII Simpósio Nacional de História*, 2005 (Londrina, PR).

no **IHGP**, além de jornais e revistas, “*as reformas urbanas ocorridas nas duas primeiras décadas do século XX na cidade da ‘Parahyba’*” (Caderno de Resumos, 2001:24). Foi possível perceber, nesses dois trabalhos, alguns aspectos importantes para o nosso estudo: notamos que os jornais tornam-se documentos indispensáveis ao se tentar analisar uma realidade do cotidiano de uma determinada sociedade. Ou seja, os jornais revelam de que maneira está repercutindo algum tipo de acontecimento na sociedade. Mesmo sendo notícias retiradas de órgãos oficiais, que criam uma memória oficial, que nem sempre levam em conta aspectos do que é formulado pelo povo, como é o caso do jornal *A União*, estas fontes são importantes para analisarmos o dia-a-dia, e, de certa forma, a construção de uma identidade local, que vai se moldando através dos acontecimentos e eventos do lugar.

Outro ponto que percebemos foi o quão importante é o trabalho realizado pelos Institutos Históricos na preservação de documentos. E, conseqüentemente, como local fundamental para pesquisadores. Isto fica claro ao verificarmos que, na grande maioria dos trabalhos com que tivemos contato, são feitas referências aos Institutos Históricos em geral.

Grande parte dos trabalhos apresentados nestes últimos cinco anos de eventos da **ANPUH**, que se servem de jornais nos seus estudos, os utilizam como base de dados. Outros os apresentam como recurso didático no ensino de história, e uns poucos os utilizam como objeto de estudo, no sentido de analisá-los de forma a compreender os aspectos que os envolvem. Esse é o caso do trabalho apresentado no *XXII Simpósio Nacional de História*, ocorrido em 2003, também na cidade de João Pessoa. Neste estudo a autora, Heloisa Maria Bertol Domingues, tenta verificar as transformações ocorridas nas publicações sobre ciência, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro (Caderno de Resumos, 2003:87).

No caso da sondagem que realizamos nas páginas da **CAPES**, na *internet*, em busca de trabalhos que utilizavam jornais nos seus estudos, do ponto de vista quantitativo o resultado foi mais frutífero: havia muito mais trabalhos desta natureza. Porém, no momento não nos foi possível analisá-los mais minuciosamente, por conta exatamente do número expressivo de trabalhos produzidos, inclusive dissertações e teses de doutorado. Para se ter uma idéia, só no que se refere ao ano de 2002 encontramos duzentos e dezoito (218) trabalhos. Por conta disso, tentaremos retomar as análises destes trabalhos, tanto os disponíveis na **CAPES**, quanto os apresentados na **ANPUH**, em um outro estudo que possa contemplar aqueles que já foram identificados. Entendemos que seja de extrema relevância compreender melhor a forma pela qual os historiadores tratam este tipo de fonte na formulação de um conhecimento histórico.

Diferentemente da forma com a qual trabalhamos o jornal *A UNIÃO* no *Projeto de Resgate Histórico*, mencionado anteriormente, no qual, este periódico nos dá subsídios para iniciarmos as investigações acerca dos municípios que ora pesquisamos, aqui tentaremos

verificar a dinâmica deste jornal para compreendermos de que maneira ele foi concebido e a quais interesses ele se vincula.

O Jornal *A União* foi fundado em

“02 de fevereiro de 1893, numa quinta-feira, pelo Presidente da Província Álvaro Machado, que viera administrar a Paraíba a mandado do Presidente da República Floriano Peixoto, o jornal A UNIÃO já nasceu oficial”. (Araújo, 1983:103)

Estas são palavras da jornalista Fátima Araújo, extraídas do seu livro *História e Ideologia da Imprensa na Paraíba*. Nesta obra a autora faz, como o próprio nome do livro suscita, um levantamento da história da imprensa no estado. Conta como surgiram vários editoriais e faz uma análise de ideologias e técnicas utilizadas por estes.

Como vimos, e não poderia ser diferente, a jornalista também conta a história do jornal *A UNIÃO*. No decorrer do texto vai descrevendo, passo a passo, o desenvolvimento deste periódico, sempre citando as figuras ilustres que compunham o seu corpo editorial. Interessante notar que estas pessoas sempre estavam, de uma forma ou de outra, vinculadas ao poder constituído. Dentre estas personalidades se encontravam políticos, juristas, educadores, poetas e uma plêiade de intelectuais dos mais variados. Pessoas que faziam parte da elite local.

Neste livro podemos ver ainda como, de fato, *A UNIÃO* estava ligada aos interesses dos grupos que detinham o poder. Isto pode ser notado nas constantes trocas de cargos que ocorriam sempre que se modificavam os governos, como no episódio do poeta Carlos Dias Fernandes, diretor daquele jornal desde 1913 *“a convite do presidente da Paraíba, na época, Castro Pinto”*. O poeta ficou na direção do jornal durante os governos de *“Castro Pinto, Camillo de Holanda, Sólton de Lucena e João Suassuna”*, sendo demitido do cargo com a posse de *João Pessoa, “para dar lugar a Celso Mariz”* (Araújo, 1983:107).

Durante a nossa fase de prospecção no acervo do **IHGP**, pudemos perceber o quanto as matérias veiculadas no jornal estudado eram parciais e, até mesmo, tendenciosas, chegando a atacar, de maneira veemente, grupos de idéias contrárias aos dos que detinham o controle do editorial. Por exemplo, os incontáveis ataques feitos pelos partidários de João Pessoa, os *Liberais*, aos *Perrepistas*, contrários ao governo daquele. Isto apenas para nos determos no período da nossa pesquisa, que cobria a década de 30.

Em outro livro de Fátima Araújo, intitulado *Paraíba: Imprensa e vida*, são relatados vários conflitos entre alguns jornais e *A UNIÃO*. Um dos mais intrigantes foi a polêmica entre o *DIÁRIO DO ESTADO*⁷, de Walfredo Leal, e *A UNIÃO* que, na polêmica walfredismo x

⁷ *“(…) órgão do partido republicano conservador, que nasceu sob o auspícios do senador Walfredo Leal, para dar cobertura ao pleito pela renovação de representação paraibana no Congresso Nacional.”* Inaugurado em *“11 de janeiro de 1915, este entrou em sérias desavenças com A UNIÃO.”*(Araújo, 1985:53)

epitacismo, “*dava algumas pinceladas de defesa pró Epitácio Pessoa*”, apesar de uma certa neutralidade por parte do Presidente do Estado, Castro Pinto. (Araújo, 1985:53)

A confusão se deu pelo fato de Walfredo Leal querer eleger João Machado para substituir Álvaro Machado. Por sua vez, Epitácio Pessoa queria reeleger Cunha Pedrosa. As desavenças entre os dois órgãos se estenderam durante anos. No livro podemos ler vários trechos extraídos de ambos os jornais demonstrando agressões verbais mútuas. (Araújo, 1985:53)

Nisto podemos notar a maneira como os meios de comunicação, aqui o jornal, foi utilizado para propagar idéias de grupos que detém o seu controle. Em relação ao jornal *A UNIÃO* o problema é maior, pois este faz parte da máquina administrativa do governo. É, como descreve um trecho das várias brigas entre o *DIÁRIO DO ESTADO*, contra seu opositor, destacado por Araújo:

“Epilepsia Official – A União, cumprindo à risca o seu dever de órgão oficial que consome anualmente para mais de cem contos de réis do erário público... Esse jornal custeado pelo povo, por nós todos que concorremos com um pouco de suor do nosso rosto para a manutenção dos serviços públicos, está dando ao país inteiro o mais belo exemplo de que toda a palicação de vendas redunde em benefício coletivo – para a fonte de onde saiu...”(Araújo,1985:55).

Na década de 30, como já dissemos, as peijas de *A UNIÃO* eram contra os *perrepistas*. Durante a campanha das eleições de 30 pudemos perceber, nas notícias que cobriam o evento, propagandas pró *Liberais*, sem perder a chance de desqualificar o adversário, nos municípios por nós estudados. Foi esse o tom que encontramos no jornal do dia 18 de janeiro de 1930, em uma matéria com o título: “*Aliança liberal em marcha para o triumpho definitivo*”. A notícia relata que em um comício na cidade de Guarabira, realizado pela “*Caravana Epitácio Pessoa*”⁸, da qual participavam vários políticos em apoio a João Pessoa, o senhor João Bandeira, residente da cidade, e dono do *Hotel Central*, havia aderido à *Aliança Liberal* depois de um “*inflamado discurso do Sr. Alves Mello*”. Até aí nada de mais, se aquele senhor João Bandeira não fosse “*Perrepista*”. O jornal termina felicitando-o por ter renunciado “*à qualidade indigna de Perrepista*”. Com isto, podemos perceber a parcialidade do jornal do governo, que apóia seu candidato, e ataca seus contrários.

Na medida em que avançávamos nas pesquisas, nos deparávamos com muitas outras notícias e reportagens contra os adversários de João Pessoa. Porém, não convém relatá-las aqui. Para este trabalho nos basta entender que havia uma certa manipulação nas reportagens, exagerando fatos, no intuito de mobilizar a população da Paraíba para apoiar a causa liberal. E, para isso, buscavam, por um lado, demonstrar a adesão recebida em

⁸ A “Caravana Epitácio Pessoa” era um grupo de políticos do estado que percorria várias cidades, fazendo comícios e carreatas, a fim de conseguir apoio para a campanha dos Liberais de João Pessoa.

alguns lugares do estado, fazendo um grande alarde, para causar entusiasmo nos que liam suas páginas. E, por outro, desqualificar os adversários, chegando a acusá-los de criminosos, traidores da pátria e do povo paraibano.

Deste modo, pudemos entender, nas leituras dos livros de Fátima Araújo, assim como diretamente nos jornais, que a ideologia do jornal *A AUNIÃO*, é a mesma daquele que o controla, servindo apenas aos interesses dos que estão no poder.

Geralmente, é a partir de documentos como estes, manuseados de forma menos atenta, que se forma a memória oficial de um determinado lugar. Oficial não por haver um órgão do governo encarregado de cuidar deste tipo de assunto, mas, por destacar os acontecimentos, exaltando os “Grandes homens” e os “Grandes feitos” que, na maioria das vezes, são políticos integrantes da elite local. Desta forma, contribuem para que a história do lugar se confunda com a das famílias aristocratas, negando a participação popular nos acontecimentos da sociedade.

Com a criação do Estado Nacional Brasileiro, surge a necessidade de se dar uma identidade à nação que passa a existir, instituindo uma certa autonomia histórica. Portanto, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nasce com o intuito de criar uma “unidade nacional”. Mais tarde, no ocaso do Império, contribui para a criação de um “*novo universo simbólico para dar legitimidade ao novo regime*”, o republicano. (Dias, 1996:32)

Seguindo essa linha, o **IHGP**, fundado em 07 de setembro de 1905, nasce com a mesma perspectiva dos outros Institutos do país: criar uma identidade local, levando em conta a reorganização do Estado Brasileiro em unidades da Federação. Para isso, teriam que arquitetar uma história que observasse aspectos que enaltecessem o lugar, que resguardasse as especificidades em relação às outras unidades.

Na ânsia de construir uma história que contemplasse a “grandeza da Paraíba”, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano desenvolve o mito da “*paraibanidade*”, que é composto, segundo este Instituto, por características existentes naqueles que nascem no território paraibano. Com base nessa historiografia, o paraibano seria um ser predestinado ao heroísmo, um ser que é, na sua essência, um bravo, um resistente, disposto a enfrentar qualquer tipo de adversidade.(Dias, 1996:50)

As produções realizadas durante muito tempo pelo **IHGP**, sempre tentavam destacar a singularidade e a autonomia da Paraíba, desarticulando as ligações com outras regiões que pudessem, de alguma forma, minimizar a dita “grandeza paraibana”. Um exemplo disto foi a tentativa de desvincular a história da Paraíba da de Pernambuco. Essa problemática, dentre outras referentes à Paraíba colonial, é discutida na tese de doutorado de Regina Célia Gonçalves. Nela, a autora faz um contraponto entre a perspectiva do **IHGP**, que enfatiza a “identidade heróica” do paraibano, e a “identidade do negócio”, formulada em sua tese. A perspectiva defendida pela autora nos dá novas dimensões a respeito do desenvolvimento

histórico no início da colonização do território paraibano, indo muito além da história oficial, que nos oferece um quadro esquemático e simplista dos eventos históricos, negligenciando aspectos fundamentais para uma análise mais abrangente dos acontecimentos, deixando de observar fatores econômicos e estratégicos que Pernambuco buscava na região. (Gonçalves, 2003:21)

Esse mito da paraibanidade é explorado até os dias de hoje, por uma elite demagoga na tentativa de fazer com que o povo se reconheça nas características ditadas por ela, para, desta forma, insuflá-lo e convencê-lo de que aquilo que essa mesma elite acha importante para a Paraíba é, também, importante para o resto da população.

Pudemos constatar tal fato em meio aos jornais pesquisados no nosso projeto. Lá, a todo o momento, nos deparávamos com manchetes ufanistas que tentavam persuadir o povo a apoiar as idéias das camadas dominantes. Por exemplo, em dois exemplares diferentes, um do dia 11 e outro de 19 de julho de 1930, é colocado um artigo contando a resistência do povo paraibano à dominação holandesa. Entendemos que esta foi uma forma de tentar encorajar a sociedade para a necessidade de se mobilizar na luta contra o “cangaceirismo” de José Pereira, que ameaçava o governo de João Pessoa.

Além disso, faziam campanhas mostrando uma união entre os municípios no intuito de colaborarem com o governo, como, por exemplo, acontece com o “*movimento* pró-soldado parahybano”, que visava angariar fundos para as famílias dos soldados que lutavam contra os “cangaceiros”. Esse foi o tema de reportagem do dia 02 de julho de 1930 cuja manchete era: “*O movimento de amparo à família dos bravos defensores da Parahyba mortos no campo de lucta*”. Nessa notícia era mostrada a solidariedade do povo de Guarabira em relação aos combatentes.

Ou seja, qualquer que fosse o movimento no qual o governo estivesse engajado o jornal oficial trataria de divulgar e conseguir comover os leitores à “comprarem” a briga para si. E, para isto, os jornalistas, os colunistas e os demais colaboradores, iriam se valer do mito da paraibanidade, sempre demonstrando o quanto é bravo esse povo. Desta maneira, acabavam por nivelar todos os paraibanos, como se a Paraíba fosse um território homogêneo, onde os costumes e experiências de cada município fossem os mesmos, descuidando das peculiaridades das regiões que se congregam para formar o estado.

O caso mais emblemático de uma figura que representa este ser paraibano é o do Presidente do Estado, João Pessoa. Dele se fez um típico representante desta força, resistência, coragem e bravura atribuídas aos paraibanos. Durante nossas pesquisas, embora esse não fosse o foco, vimos o quanto esta figura era exaltada, chamado pelos jornais de grande líder e administrador.

Durante a década de 30, em meio à disputa eleitoral, antecedendo a chamada “*revolução de 30*”, devido a formação da *Aliança Liberal* para disputar essas eleições, o jornal por nós

estudado enfatiza sempre a coragem e a disposição de João Pessoa para a democracia, e vê nele uma pessoa que, junto com os seus aliados, entre eles Getúlio Vargas, poderiam livrar a Paraíba e o Brasil das velhas oligarquias que emperravam o progresso da nação. Porém, é com a morte de *João Pessoa* que o mito se imortaliza. Em meio a toda a ebulição da revolução de 30, num atentado ocorrido em uma confeitaria na cidade do Recife, em 27 de julho de 1930, morre o “grande chefe” do governo da Paraíba.

O jornal do estado logo tratou de massificar a notícia de sua morte de forma veemente. Com uma série de notícias cobrindo o assassinato, por vários dias o jornal trazia, na primeira folha, uma foto do falecido líder, com chamadas do tipo: “*O nefando atentado da ‘Glória’*”. Esta atitude é compreensível, para nós, por dois motivos básicos. O primeiro pelo fato de que aqueles que escrevem no jornal foram, de certa forma, indicados por João Pessoa. Portanto, queriam homenagear, de alguma maneira, o seu “empregador”. O segundo ponto diz respeito ao projeto que o grupo, encabeçado por aquele, tinha que levar adiante. E, para isso, mais uma vez, iria se apelar para a comoção popular no intuito de se ter o povo apoiando aqueles que iriam continuar o que fora iniciado por João Pessoa.

Deste modo, a elite paraibana conseguiu criar na população um enorme sentimento de perda, fazendo com que esta se sentisse como se houvesse perdido um pai. João Pessoa se torna a expressão daquilo que deveria ser um “grande homem”, tão almejado pelos historiadores conservadores da Paraíba: um homem de fibra, que não tem medo de desafiar os “poderosos”. Tornava-se, enfim, segundo seus aliados, um exemplo a ser seguido por todos aqueles que pretendiam transformar a Paraíba em um lugar independente e respeitado pelos valorosos atributos desta terra.

Pudemos perceber, no decorrer do artigo, o quanto a utilização de um meio de comunicação, neste caso o jornal, pode contribuir para a construção de uma memória local, seja oficial ou não. Notamos que os jornais são muito utilizados nas pesquisas históricas de forma geral, pois eles são uma fonte importantíssima no desenvolvimento do conhecimento histórico, já que neles estão contidas informações do cotidiano de uma determinada sociedade.

Para o nosso projeto este é um tipo de fonte indispensável, pois ela é um dos instrumentos que vão nos indicar os aspectos que devemos observar quando partirmos para a pesquisa de campo que envolverá a população do local. E é neste momento que confrontaremos de que forma o conhecimento transmitido de forma oficial é interpretado pela sociedade. Como aquele acontecimento, enfatizado por uma elite, é reconhecido pelo povo.

Esta é uma tarefa importante no nosso trabalho, haja visto o fato dos meios de comunicação serem controlados por grupos vinculados à política local. Isto implica dizer que aquilo que vai ser transmitido pelos jornais só será noticiado caso se tenha algum interesse em que a informação chegue à população. Daí entendermos que seja necessário se fazer um estudo

da fonte com a qual trabalhamos que, no caso do nosso projeto, foi o jornal *A UNIÃO*. E, como pudemos perceber no nosso estudo, se trata de um jornal ligado ao governo do estado.

Portanto, entendemos que, para se construir uma história local que consiga abranger aspectos diversos da região, sem recair em um “localismo” que privilegia as elites locais, dando a entender que o lugar apenas existe por conta das “benfeitorias” públicas realizadas por tais, temos que levar em conta mais do que simples fontes escritas. Compreendemos que se deve recorrer à população do lugar para entender como esta se articula, como ela se vê no desenvolvimento histórico de sua terra, e o que realmente o local significa para eles. Pois, de outra forma, estaríamos negando a história daqueles que realmente constroem o lugar.

Bibliografia

DIAS, Margarida M. S. **Intrepida Ab Origine**: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa, Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996.

Araújo, Fátima. **História e Ideologia da Imprensa na Paraíba**. João Pessoa, Cia. Editora, 1983.

_____. **Paraíba: Imprensa e Vida**. João Pessoa, Grafiset, 1985.

DEBATES REGIONAIS. **História e Identidade(s) Regionais(is)**. N°2. João Pessoa, Editora Universitária/NDIHR, 1995.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**: Política e Economia na Capitania da Parahyba (1585-1630). São Paulo, Tese de Doutorado/FFLCH/USP (Departamento de História), 2003.

Caderno de Resumos. **V Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História**. João Pessoa, UFPB, 2001.

_____. **X Encontro Estadual de Professores de História**. João Pessoa, UFPB, 2002.

_____. **XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, UFPB, 2003.

_____. **XI Encontro Estadual de Professores de História**. Campina Grande, UFCG, 2004.

_____. **XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, Editorial Mídia, 2005.

<http://www.capes.gov.br/capes/portal/>, Acessado em 05 de junho 2003.